

# AS AMEAÇAS SOBRE A AMAZÔNIA VERDE E AMAZÔNIA AZUL: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Alexandre Santana Moreira<sup>1</sup>

## RESUMO

---

Este artigo busca estabelecer uma relação entre as ameaças à Amazônia Verde e Amazônia Azul. O objetivo é analisar as principais características das duas amazônias, as visões ambientalistas e desenvolvimentistas sobre cada uma delas. Além disso, serão analisados as ingerências, particularmente sobre a Amazônia Verde, e as ameaças sobre cada uma das áreas analisadas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa bibliográfica, analisaram-se as obras básicas sobre o tema e alguns assuntos correlatos. A pesquisa de campo foi realizada por meio de um questionário *survey*, com cinco níveis na escala *Likert*, dentro de uma metodologia quantitativa, para verificar a percepção dos militares. A amostra foi selecionada com base nos militares alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Escola de Guerra Naval (EGN), envolvendo 135 (centro e trinta e cinco) respondentes de cada escola, de um total de 270 (duzentos e setenta) questionários válidos. O tratamento dos dados é realizado com uso da Análise Fatorial Confirmatória com base na Modelagem de Equações Estruturais (MEE) para estabelecer uma relação entre as ameaças às duas amazônias. Tendo em vista a representatividade estatística, os resultados quantitativos reforçaram as conclusões teóricas levantadas pelo estudo, podendo ser considerados e validados. **Palavras Chave:** Amazônia Verde. Amazônia Azul. Modelagem de Equações Estruturais. Ameaças.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). É associado, atualmente, da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). E-mail: alex\_smor@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A Amazônia possui cerca de 3/5 do Brasil e 4/10 da América do Sul, canalizando as discussões acadêmicas sobre a região, desde a época imperial brasileira, mas com maior destaque para os estudiosos do século XX. Para este estudo, entende-se como Amazônia Verde esta vasta região, com abundância de recursos, sendo potencialmente uma região de cobiça por interesses diversos e difusos de toda ordem.

Da mesma forma, existe uma outra região, de grande riqueza e tão importante quanto a anterior, que, atualmente, passou a ser conhecida por Amazônia azul, abarcando toda a região do litoral brasileiro sob responsabilidade nacional, a qual, também, possui riquezas de toda ordem.

Assim, ambas as amazônias precisam ser exploradas com racionalidade e critério, pois em âmbito nacional, o debate entre a visão ambientalista, as quais priorizam a preservação ambiental em detrimento da exploração econômica, encontra resistência perante a visão desenvolvimentista, a qual apregoa a necessidade de um grau de exploração da natureza visando o desenvolvimento humano.

Este debate engloba as várias tentativas de ingerências sobre as Amazôniaas em questão, nas invasões, ao longo da história, na região da Amazônia ou de partes do litoral, as quais ameaçavam a soberania nacional sobre estas regiões, mediante conflitos internos ou externos, pois o Estado não é mais o único ator nas Relações Internacionais, tendo que dividir esta arena de disputa com outros atores como companhias transnacionais, organizações não-governamentais, movimentos políticos e sócio globais (BECKER, 2005).

Desta forma, diversos atores influenciam as decisões nacionais, compondo o quadro de multiplicidade de fatores presentes nas questões de segurança e de defesa da Amazônia Verde e Azul brasileiras.

Neste trabalho, será discutida uma possível correlação entre as ameaças da Amazônia Verde e Amazônia azul, por meio da modelagem de equações estruturais (MEE), uma análise fatorial exploratória, a fim de identificar seu grau de interação, de modo a fomentar debates acadêmicos acerca de assuntos atuais e importantes na agenda brasileira de defesa e de segurança.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### 1 - A AMAZÔNIA VERDE

Os portugueses estabeleceram um sistema de fortificações ao longo dos grandes eixos fluviais amazônicos, a fim de estabelecer o controle e a fiscalização das riquezas circulantes, balizando o perímetro da fronteira brasileira já no século XVI. Contudo, esta região permaneceu um grande anecúmeno até o século XX, quando recebeu um grande aporte intelectual e de investimentos (MATTOS, 1980).

Nesse sentido, surgiu o conceito de Pan-Amazônia<sup>2</sup>, ressaltando a necessidade de integração da região amazônica entre todos os países possuidores desta floresta latifoliada e de crescimento conjunto, de forma a desenvolver a região, pois pelas dimensões colossais que apresenta, cerca de 3/5 do Brasil e 4/10 da América do Sul, tem encantado o mundo e despertado a cobiça por suas riquezas ao longo do tempo (MATTOS, 1980). Por isso, a “formação latino-americana é caracterizada pelo paradigma da economia de fronteira, baseando-se na contínua incorporação de terra e de recursos naturais”, “alcançando o seu auge nas décadas de 1960 a 1980” (BECKER, 2005).

Não se trata mais apenas de conflito pela terra; é o conflito de uma região em relação às demandas externas. Esses conflitos de interesse, assim como as ações deles decorrentes contribuem para manter imagens obsoletas sobre a região, dificultando a elaboração de políticas públicas adequadas ao seu desenvolvimento. (BECKER, 2005).

O desenvolvimento econômico desta região apresentava duas possibilidades, no entender do General Meira Mattos: “a do crescimento a qualquer custo, mesmo com o sacrifício da própria liberdade do homem,

---

<sup>2</sup>Pan-Amazônia é um conceito destacado nas obras da coleção do General Meira Mattos, como arcabouço de um grupo de pensadores geopolíticos, como Therezinha de Castro e Mário Travassos, dentre outros, ressaltando a necessidade de integração da região amazônica entre todos os países possuidores desta floresta latifoliada. Para estes pensadores da Escola Geopolítica Brasileira, refletia um ideal de integração e crescimento conjunto. (MATTOS, 1980, p. 174).

ou crescer respeitando o primado da liberdade e da dignidade” (MATTOS, 1980, p.115). Após vários projetos governamentais, inclusive a transferência da Capital do País para Brasília, incrementando a territorialidade brasileira e abrindo caminho para uma efetiva integração nacional, a diplomacia brasileira capitaneou a concretização do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), em 1978.

Assim, de forma a promover a ocupação territorial e a aumentar a coesão nacional foi incentivada ocupação humana das regiões fronteiriças e interiores para fazer face à ausência estatal, à escassez material do governo e à baixa densidade demográfica, principalmente nas décadas de 70 e 80. (NASCIMENTO, 2005).

A Amazônia[...] se ela representa 60% da superfície do Brasil, seu PIB não passa de 5% do PIB nacional, reúne apenas 10% da população urbana e 12% da população total do país, e um pouco mais (14%) dos migrantes recentes, das estradas, do número de municípios. O único indicador, pouco invejável, para qual a Amazônia supera sua quota de território é o número de mortos em conflitos fundiários[...] (THÉRY, 2004).

Assim, segundo PAIVA (2012), a região amazônica possui diversos problemas até o momento, destacando-se a ausência do Estado, vazio populacional, região não desenvolvida e nem integrada à realidade nacional, além de possuir ONG (organizações não governamentais) com fins suspeitos trabalhando na região, por possuir temas da agenda global, como desmatamento, preservação do meio ambiente, entre outros assuntos.

Para analisar as três dimensões do Estado, segundo O'Donnell (1993, pag. 124-144), ficou estabelecido a adoção de três cores em um mapa de forma a expressar a realidade sociopolítica vigente, sendo a cor azul representa alto grau de presença do Estado em todas as dimensões do poder, a cor verde representa um alto grau de penetração territorial, mas em menor capacidade em burocracia e leis. A cor marrom representa um grau muito pequeno destas duas dimensões estatais. O'Donnell cita a Amazônia como um caso da cor marrom, mostrando que apesar do muito que já foi feito na região, muito ainda precisa ser implementado.

Assim de acordo com a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2013b), a Amazônia continua sendo uma prioridade para a Defesa, sendo

securitizado<sup>3</sup>, devido a diversos fatores como a extensão e o valor das riquezas minerais existentes, associadas às dimensões continentais de suas florestas, gerando interesses diversos e difusos, os quais podem ser potencializados pelos problemas fronteiriços de toda ordem (BRASIL, 2012).

Figura 1: Situação da Amazônia



Fonte: PAIVA, 2012

## 2 - A AMAZÔNIA AZUL

O conceito de Amazônia Azul foi cunhado pelo Comandante da Marinha<sup>4</sup>, a fim de ressaltar ao Brasil que “essa extensão atlântica, que se projeta para além do litoral e das ilhas oceânicas, e corresponde a cerca de metade da superfície do Brasil, se tem chamado de Amazônia Azul. Azul por comparar-se à Verde, pela dimensão e pela biodiversidade”, existindo de forma tão ignorada por boa parte dos brasileiros, abrangendo a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, que nos cabem pelos tratados internacionais. (VIDIGAL *et al*, 2006, p. 18).

<sup>3</sup>Securitização é um conceito cunhado por Buzan, envolvendo a ideia de que não existe um conceito de segurança internacional único, pois a ameaça varia dentro de cada sociedade, conforme os discursos são construídos, passando a ser aceitos por seus integrantes. (BUZAN *et al*, 1998)

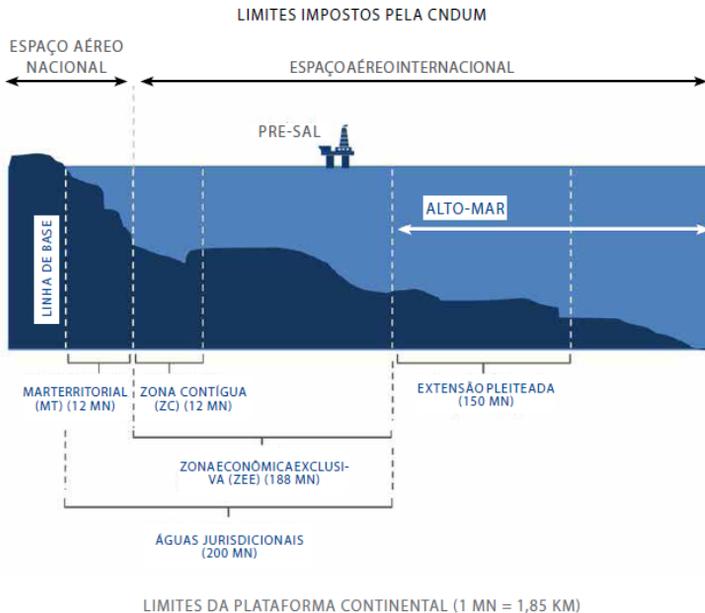
<sup>4</sup>Foi publicado na Folha de São Paulo, em 26 de fevereiro de 2004, um artigo sobre este assunto, conforme entrevista no site, a seguir: [http://www.record.com.br/autor\\_entrevista.asp?id\\_autor=4714&id\\_entrevista=145](http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=4714&id_entrevista=145).

No mar, a ZEE brasileira, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,54 milhões de km<sup>2</sup>. A área em questão, somada aos cerca de 960 mil km<sup>2</sup> de plataforma continental (PC), situados além das 200 milhas náuticas e reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfaz um total aproximado de 4,5 milhões de km<sup>2</sup>. Essa extensa área oceânica delimita o que se denomina “Amazônia Azul”, que é adjacente ao continente e corresponde a aproximadamente 52% da área continental brasileira (BRASIL, 2012).

Contudo, é importante lembrar que o mar apresenta duas grandes funções básicas: é um meio de comunicação entre pessoas e bens e também é um “reservatório de recursos vivos e não-vivos”, favorecendo aos Estados costeiros uma busca pelo controle deste espaço, provocando discussões a cerca do limite jurisdicional destas fronteiras de além-mar (GONÇALVES ; GRANZIERA, 2012, p. 145).

Assim, para entender este complexo ambiente, faz-se mister esclarecer os conceitos de mar territorial, zona contígua, zona economicamente exclusiva e plataforma continental brasileira.

Figura 2: Limites da Plataforma Continental



Fonte: BRASIL, 2012

O mar territorial abrange a área compreendida do litoral até 12 milhas náuticas, abrangendo além do mar propriamente dito, com seu leito e subsolo, o espaço aéreo sobrejacente. Neste espaço, a soberania brasileira é plena. A zona contígua vai a partir das 12 milhas até 24 milhas náuticas, cabendo ao Brasil a tomada de medidas que evitem e reprimam as infrações às leis e aos regulamentos (*Op. Cit.*, 2012).

A zona econômica exclusiva (ZEE) vai das 12 milhas até 200 milhas náuticas, de forma que o Brasil possui soberania para explorar, conservar e gerir os recursos nela existentes, cabendo, ainda, a exclusividade quanto à “investigação científica marinha, proteção do meio marinho, bem como à construção, operação e uso de todos os tipos de ilhas artificiais, instalações e estruturas” (*Op. Cit.*, 2012, p. 148).

A plataforma continental (PC) é um conceito que abarca o leito e o subsolo marinho até a borda exterior na margem continental. Contudo, quando esta borda exterior não atinge as 200 milhas, valem as 200 milhas da zona econômica exclusiva. Por isso, o Brasil possui nesta região, por definição, exclusividade no uso, regulamentação, proteção e exploração de suas riquezas (*Op. Cit.*, 2012).

Desta forma, é possível entender a definição de Amazônia Azul como a soma da ZEE com a PC, de forma a proporcionar a conservação e o uso sustentável de toda biodiversidade nesta extensa área, conforme a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2012).

Assim, frente às dimensões da Amazônia Azul e da continuidade do espaço oceânico pode-se analisá-la sob as vertentes econômica, ambiental, científica, soberania nacional e diplomática, a fim de entender a governança das riquezas subjacentes, dos recursos vivos e dos movimentos das correntes (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 220-226).

Na vertente econômica, destaca-se que 95% do comércio exterior do Brasil é feito pelo mar, sendo que 30% dele está no eixo sul-sul (América do Sul e África), acrescido da necessidade de controle da atividade de pesca ao longo do litoral, bem como da proteção a exploração de petróleo e gás natural.

Na vertente ambiental, a preservação do ambiente marinho face à exploração econômica necessária passa ser um fator vital para o emprego de métodos e procedimentos, conforme a legislação internacional em uso no Brasil, como a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição causada por Navios, o Código de Conduta para Pesca Responsável, entre outros.

Na vertente científica, a Amazônia Azul caracteriza-se como um grande desafio, devido ao escasso conhecimento sobre os oceanos, que vem sendo diminuído pelos diversos programas voltados para o estudo e análise deste ambiente, no caso brasileiro, como os programas Antártico Brasileiro, Levantamento da Plataforma Continental, entre outros.

A vertente Soberania Nacional apresenta oportunidades e ameaças sobre o uso do mar como espaço de projeção de poder nas relações internacionais, pois nele estão a “marinha de guerra com todos os seus meios; a Força Aérea baseada em terra, operando sobre o mar; a marinha mercante; as estruturas logísticas (portos, estaleiros e estabelecimentos comerciais); e o pessoal” (VIDIGAL *et al*, 2006). Estas estão inseridas nas normas internacionais como o da Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) e o Organização Marítima Internacional (OMI), as quais visam contribuir para a segurança das belonaves em âmbito internacional, seja no contexto *safety*, que está voltado para salvaguarda da vida humana no mar, seja no *security*, que está voltada para proteção do patrimônio e dos cidadãos (BARBOSA JUNIOR, 2012, p. 227-228).

Na vertente diplomática, o desenvolvimento de programas científicos, bem como a aquisição de novos sistemas de armas exige uma permanente eficiência do meio diplomático, a fim de esclarecer o porquê das medidas tomadas. As convenções internacionais assinadas pelo Brasil influenciam na forma de exercer a soberania no mar, bem como no uso da marinha de guerra.

De acordo com a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2013b), o Brasil deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, o controle e a defesa de suas águas jurisdicionais brasileiras, mantendo a segurança das linhas de comunicações marítimas, especialmente no Atlântico Sul, sendo, também, uma prioridade para a Defesa, pois foi securitizado, devido a diversos fatores como a extensão e o valor de suas riquezas de toda ordem.

### 3 - VISÃO AMBIENTALISTA E DESENVOLVIMENTISTA

O conceito ambientalista pode ser dividido em três grandes vertentes, o arcádico, o ecossistêmico e o da justiça sócio-ambiental. No arcádico, visualiza-se a natureza como espaço imutável, não sendo possível exercer atividade econômica de nenhuma ordem. No ecossistêmico, a natureza pode ser utilizada para fins econômicos, mas deve-se respeitar

um certo grau de equilíbrio entre a exploração econômica e a preservação ambiental. No discurso sócio-ambiental, a preocupação está em relação às populações vulneráveis, ressaltando que a degradação provocada pela exploração econômica diminui o direito de todos a um ambiente saudável e à vida. (HANNIGAN, 2009).

Neste contexto, não abordaremos as “discussões entre as concepções geocêntricas e antropocêntricas” (COSTA; SOLA, 2012, p. 171), mas tentaremos compreender a interrelação entre as visões ambientalistas e desenvolvimentistas.

Nos discursos arcádico e ecossistêmico, a grande ênfase está na preservação e na proteção do meio ambiente, focando na preservação dos recursos renováveis e diminuindo a poluição gerada pela exploração econômica na região, enfatizando uma visão holística do meio ambiente, devido “ao caráter integrado da natureza, que sofre, inteira, os impactos do que se venha a consumir ou destruir e o interesse de todos os passageiros desta espaçonave terra na higidez de sua estrutura ambiental” (COSTA; SOLA, 2012, p. 172).

O conceito de desenvolvimento sustentável, neste contexto, ressalta de importância, pois a ONU estabeleceu, em 2011, um Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, no qual expressa a necessidade de se observar os impactos advindos da exploração econômica sobre o bem-estar das populações, principalmente às gerações futuras, dentro do contexto da visão sócio-ambiental, buscando-se uma justiça mais distributiva da exploração dos recursos em detrimento do desenvolvimento exploratório, sem retorno às populações nativas (COSTA; SOLA, 2012).

O Relatório *Brundtland*, [...] define desenvolvimento sustentável como ‘o processo de mudança em que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro’. (HANAN; BATALHA, 1995, p. 42).

Contudo, Samuel Benchimol 1992, como um estudioso sobre a Amazônia, desenvolveu um conceito anterior ao de desenvolvimento sustentável, no qual alegava que o desenvolvimento Amazônico deveria considerar quatro paradigmas fundamentais: o desenvolvimento do

mundo amazônico deve ser ecologicamente adequado, politicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável (ALVES, 2009).

A visão desenvolvimentista enfatiza que existe um grau de exploração da natureza em virtude do desenvolvimento humano, gerando um crescimento econômico, o qual impacta no meio ambiente como a piscicultura lacustre e marítima. Contudo, é importante ressaltar que existem fatores intervenientes, os quais interferem na natureza sobre uma espécie ou habitat específico como as represas no Brasil, que influenciam nas migrações de peixes em seus leitos, existindo um limite entre o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente (COSTA; SOLA, 2012).

A visão social sobressai como a mais ativa neste processo, gerando tensões das mais variadas formas. Contudo, a Amazônia Verde passa a ser palco da maioria destes conflitos em comparação com a Amazônia Azul, devido à existência de populações em sua área, principalmente indígenas, além das questões de desenvolvimento e preservação do meio ambiente (COSTA; SOLA, 2012).

#### 4 - A INGERÊNCIA NA AMAZÔNIA VERDE E AZUL

A ingerência sobre a Amazônia Verde foi buscada ao longo da história quando as grandes potências da era colonial buscavam nestas terras um espaço de ampliar seus domínios e suas riquezas, provocando por parte dos portugueses uma reação por meio da construção de fortes no litoral e no interior da Amazônia, como forma de marcar o território e expulsar as constantes invasões inglesas, francesas, holandesas, entre outros, estabelecendo, por exemplo, o Forte do Macapá no Estado do Amapá. (BENTO, 2003)

Assim, um dos projetos recentes de internacionalização<sup>5</sup> na Amazônia de grande expressão internacional, foi o do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que gerou o Acordo de Iquitos (1948), visando realizar pesquisas científicas na região da Pan-Amazônia em convênio com alguns países europeus como a França, Itália e Países Baixos, mas que não se concretizou, após o congresso Nacional não ter ratificado tal empreendimento. (MATTOS, 1980).

---

<sup>5</sup> A internacionalização é um processo de “transferência e alienação de soberania política nacional em favor de uma entidade supranacional que passaria a exercer o domínio político-jurídico sobre uma área, em nome de um grupo ou comunidade de nações” Benchimol (1992, p. 92).

O conceito de balcanização ecológica na Amazônia ou divisão do território através da ecologia dever ser de preocupação do governo brasileiro, conforme adverte Benchimol (1992), pois busca-se criar enclaves econômicos ou repúblicas ambientais, dificultando a soberania nacional sobre esta região, tendo diversos autores como seus defensores.

O governo brasileiro decidiu, no início dos anos 90, subsidiar o desmatamento de florestas da Amazônia, ameaçando a sua integridade. A Amazônia certamente pertence totalmente ao Brasil. Mas se as potências ocidentais fizeram uma exceção ao sacrossanto princípio da soberania do Estado para empreender a guerra na Iugoslávia e ajudar os kosovares[...], por que não o fariam contra o Brasil para se apropriar da Amazônia? O pretexto não seria mais a proteção de uma população, mas da “espécie humana”. A Amazônia é o pulmão da Terra, se o Brasil não protegê-la corretamente, isto torna-se um dever de outros Estados: proteger a Amazônia (BONIFACE, 2001, p. 107-108).

Estes conceitos geram tensões na região amazônica, devido à multiplicidade de atores que advogam a ideia preservacionista, sendo a questão securitizada a tal ponto, que pode levar a ações de toda ordem, inclusive a “*manu militare*”, como preconiza Boniface (2001).

Em 2005, a ONU criou o conceito R to P (R2P), entendido como a responsabilidade de proteger, sendo cada Estado “responsável por proteger suas populações contra o genocídio, crimes de guerras, [...] A comunidade internacional [...] deve apoiar a ONU na criação de um dispositivo de alerta rápido”(ONU, 2005, p. 40). Depois, o conceito de R2P evoluiu para assistência internacional, resposta oportuna e proteção do Estado, gerando uma certa relativização do conceito de soberania dos Estados, podendo criar enclaves em qualquer lugar no mundo, inclusive na Amazônia Verde, sob as mais variadas alegações como a defesa da cultura indígena, devido aos intensos conflitos na região.

Outra questão bastante controversa diz respeito à situação dos indígenas na região amazônica, o qual, após a assinatura da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, passou a ter, além da população e terras, diversos direitos, pouco faltando para terem sua nação reconhecida

por algum órgão do sistema internacional, podendo gerar intervenções humanitárias na região, a fim de preservar a independência deste povo, criando, assim, um *quisto* em território nacional.

Contudo, Manuela Cunha (1994), em seu artigo “O futuro da questão indígena”, argumenta que esta preocupação não é relevante, tendo em vista que a Convenção 169 da OIT, de 1989, e o Acordo Constitutivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas na América Latina e Caribe, de 1991, rechaçam esta ideia, conforme seu terceiro parágrafo: “a utilização do termo povos nesta Convenção (169) não deverá ser interpretada como tendo qualquer implicação com respeito aos direitos que se possa conferir a esse termo no direito internacional”. (CUNHA, 1994, p. 129-130).

Destarte, afirma Cunha (1994, p.129) que, embora a Carta das Nações Unidas, em seu Art 1.2, reconheça a autodeterminação dos povos, ela não vê perigo à integridade territorial brasileira, pois os conceitos de povos e autodeterminação possuem entendimentos diversos. Desse modo, tais conceituações dão margem a interpretações diversas, acrescidas das problemáticas das explorações das riquezas minerais, hídricas e da biodiversidade, dentre outras. Por essa razão, talvez, países como Estados Unidos e China não tenham assinado a declaração dos povos indígenas.

Outro assunto importante está nas unidades de conservação e no desmatamento, pois, apesar da existência de unidades de conservação nos níveis federal, estadual e municipal, o desmatamento avança. Um dos motivos elencados para o aumento do desmatamento fora das áreas protegidas ser maior do que nas áreas não protegidas, apesar de ambas terem crescido, está ligado a atividades econômicas, tais como a extração de madeira, a pecuária e a agroindústria, sempre nas redondezas das cidades e das estradas (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, *et al*, 2005, p. 159-161).

Uma alternativa está na geopolítica da biodiversidade, denominada de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), sendo esta uma forma de ordenamento espacial, onde seria possível unir o planejamento socioambiental ao desenvolvimento econômico (FERREIRA; VENTICINQUE; ALMEIDA, *et al*, 2005, p. 164). Ou a “aplicação do manejo sustentável como procedimento estratégico para a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas na Amazônia”, mas acreditando-se na sua rentabilidade financeira, apesar de vários estudos mostrarem a dificuldade de tal rentabilidade, pois para alguns ele torna-se inviável

(NASCIMENTO, 2005, p. 227-228).

Apesar de a matriz de segurança ser securitizada na região amazônica, há bastante tempo, devido a todas as ameaças já relatadas, a região do Oiapoque, no Estado do Amapá, com a sua vertente para a Amazônia Verde e a outra para Amazônia Azul, apresenta-se como de maior vulnerabilidade, pois agrega os riscos das duas amazônias, exigindo do Ministério da Defesa uma maior atenção e uma resposta eficaz (SILVA, 2008).

## 5 - AS AMEAÇAS A AMAZÔNIA VERDE E AZUL

As áreas de interesse estratégico do Brasil estão no Atlântico Sul, na América do Sul, na África (costa ocidental) e na Antártica, sendo a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul, as áreas prioritárias para a defesa. (BRASIL, 2013a).

Desta forma, é necessário definir os conceitos de segurança e defesa, tendo a ESG apresentado a ideia de que segurança é “uma necessidade, uma aspiração e um direito inalienável do ser humano”, sendo, portanto, “a sensação de garantia necessária e indispensável a uma sociedade e a cada um de seus integrantes, contra ameaças de qualquer natureza” (BRASIL, 2009).

Quanto à defesa, define-a como “um ato ou conjunto de atos realizados para obter ou resguardar as condições que proporcionam a sensação de Segurança”, concluindo que “segurança é uma sensação, ao passo que defesa é ação” (BRASIL, 2009).

Assim, a segurança não se restringe apenas à garantia de liberdade, de propriedade, de locomoção e de proteção contra o crime, mas, também, de outras necessidades básicas do indivíduo e da coletividade para atingir o referido bem-estar, como saúde, educação, moradia, alimentação, emprego, lazer, respeito e outros valores. Extrapolando-se para o nível das organizações, comunidades e Estados, pode-se inferir o quanto o conceito de segurança coletiva, regional ou continental pode ter de subjetivo e complexo, pois envolve todos os campos do poder. A busca de segurança é aspiração legítima de todas as nações e abrange todas as formas de conter ameaças, seja em relação ao indivíduo, aos grupos sociais ou aos interesses nacionais (SILVEIRA, 2004).

A PND (BRASIL, 2013b) define segurança como “a condição que permite ao país a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais”.

“Segurança está relacionada à percepção da existência de ameaças que, eventualmente, podem se transformar em agressões. Tais ameaças podem ter origem e implicações no âmbito externo ou interno do país, podendo afetar, total ou parcialmente, os diversos campos do Poder Nacional”. (BRASIL, 2013a).

Além disso, a PND (BRASIL, 2013b) esclarece que Defesa Nacional é “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifesta”.

Desta forma, faz-se necessário conceituar ameaça, a qual pode ser entendida como fatores que colocam um país em perigo.

Uma ameaça – concreta (identificável) ou potencial – pode ser definida como a conjunção de atores, estatais ou não, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais com possibilidades de causar danos à sociedade e ao patrimônio. Ameaças ao país e a seus interesses nacionais também podem ocorrer na forma de eventos não intencionais, naturais ou provocados pelo homem, como por exemplo: catástrofes climáticas, movimentos descontrolados de pessoas, propagação de epidemias, bem como a interrupção de fluxos de recursos vitais. (BRASIL, 2014).

O Estado Nacional é o detentor do uso da força no plano interno como no plano externo, usando, no plano interno, o sistema judicial e a força policial para exercer o controle, e, no plano externo, faz uso das forças armadas e da diplomacia (HUNTINGTON, 1996).

Assim, a diplomacia deve ser valorizada como primeira solução

dos conflitos. Contudo, ela deve estar amparada em uma eficaz estrutura militar com capacidade de fazer face às ameaças que possam surgir. (ALSINA JR, 2009; BERTONHA, 2010).

Desta forma, Paiva (2012) lembra que é importante fazer uma distinção entre problema e ameaça, o que a ESG (2009) chama de risco e ameaça. O problema ou risco é algo que afeta a segurança e a defesa, mas a nação possui ferramentas para neutralizá-lo ou mantê-lo em níveis sustentáveis. Contudo, um problema ou risco pode se transformar em ameaça, se não for enfrentado com vontade política, quando o país não tem mais condições de neutralizá-lo ou tem dúvidas sobre sua capacidade em fazê-lo.

Paiva (2012, p. 35) nos alerta que o eixo de poder, caracterizado pelo EUA, União Europeia, China e Japão, são capazes de “defender o patrimônio e respaldar as decisões do Estado quando este projeta poder político-militar para satisfazer interesses em qualquer parte do mundo”.

Figura 3: Posições Geoestratégicas



Em um choque de interesses com potencial para gerar conflito, crise ou guerra, ao fazer a análise do evento, deve-se, com relação aos atores principais:

1. identificar aspirações, interesses, objetivos e estratégias afetados e se são importantes ou vitais;
  2. analisar o poder nacional (político, econômico, científico-tecnológico e militar):
    - identificando fortalezas e vulnerabilidades;
    - avaliando a vontade nacional (a relação Estado – sociedade e o histórico nacional);
    - identificando as alianças em vigor e as possíveis; e
    - concluindo sobre a liberdade de ação de cada ator.
- (PAIVA, 2012, p. 37).

Os conflitos na Amazônia podem ser internos ou externos, sendo os primeiros relativos à “posse de terras; exploração de recursos florestais, minerais e outros; minorias locais, inclusive indígenas; ações de movimentos sociais ou ditos sociais, na realidade ideológicos; e ilícitos diversos, inclusive os transnacionais com ligações no País”; e os externos relativo “à defesa e exploração soberana de recursos; pela migração de populações nacionais e estrangeiras na faixa de fronteiras; além disso, no âmbito externo, também são relativos à “reação à ingerência de potências extrarregionais, que usem temas da *agenda global* como pretexto, pelo controle de posições estratégicas importantes como a foz do rio Amazonas e pela liderança na América do Sul com países da região ou com potências alienígenas” (PAIVA, 2012, p. 33-34).

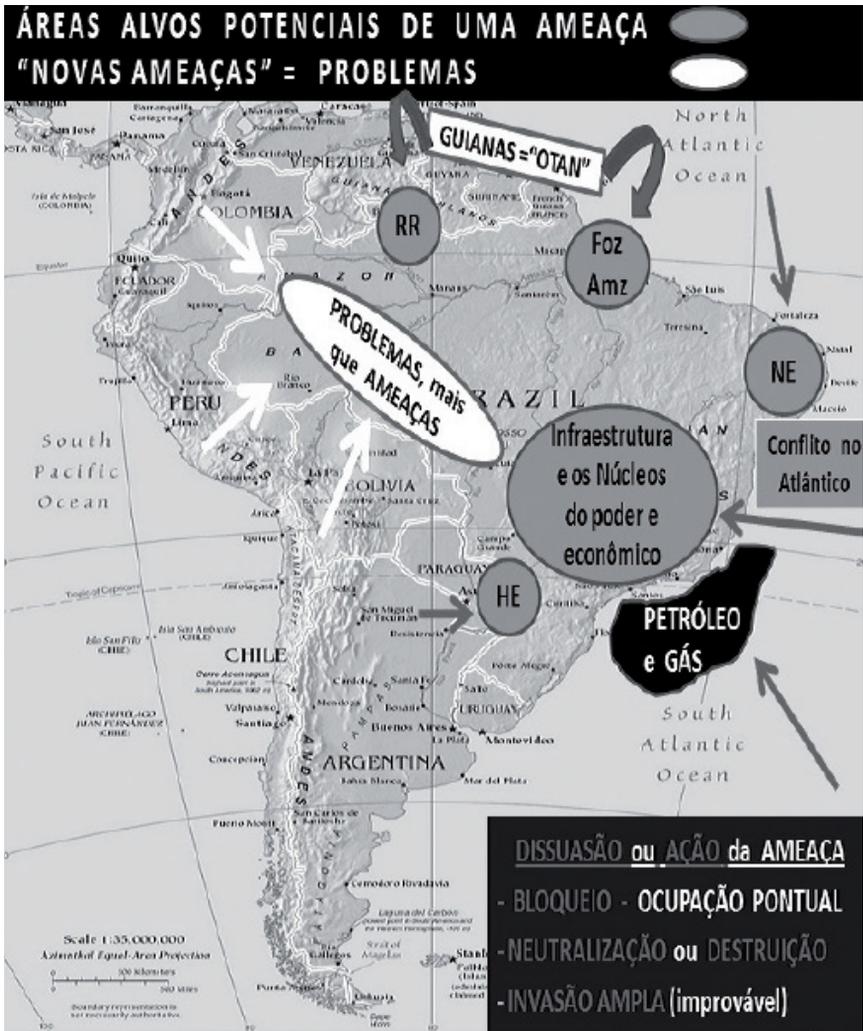
De forma didática, Côrtes (2005) divide os possíveis problemas na fronteira brasileira, passíveis de acontecer, como sendo uma reivindicação jurídica, implicações de reivindicações de terceiros, pressões para adoção de legislação interna ou assinatura de acordos lesivos ao interesse nacional, ameaça militar, ameaça armada de movimentos subversivos, atividades ilícitas, porosidade decorrente de intensa atividade econômica e vazios demográficos.

Na Amazônia Azul, o poder naval, por sua mobilidade, flexibilidade e alcance geográfico permite a projeção sobre a massa continental, penetrando nos rios e em especial na bacia amazônica, contribuindo para integrar o território e para dissuadir futuras pretensões estrangeiras em solo brasileiro (VIDIGAL *et al*, 2006, p. 269-270)

A figura 3 ilustra muitas dessas preocupações, reforçando a ideia

de que as principais ameaças estão relacionadas com a Amazônia Azul do que a Amazônia Verde, sendo para esta, mais problemas do que ameaças, podendo ser reforçadas com episódios como a “Guerra da Lagosta”, em que navios de guerra brasileiros, deram uma demonstração de força, a fim desestimular a pesca da lagosta nas águas jurisdicionais brasileiras por navios de pesca franceses, escoltados por navios de guerra franceses. (BRAGA, 2004, p. 163).

Figura 4: Áreas Alvo Potenciais de uma Ameaça



Fonte: PAIVA, 2012<sup>a</sup>

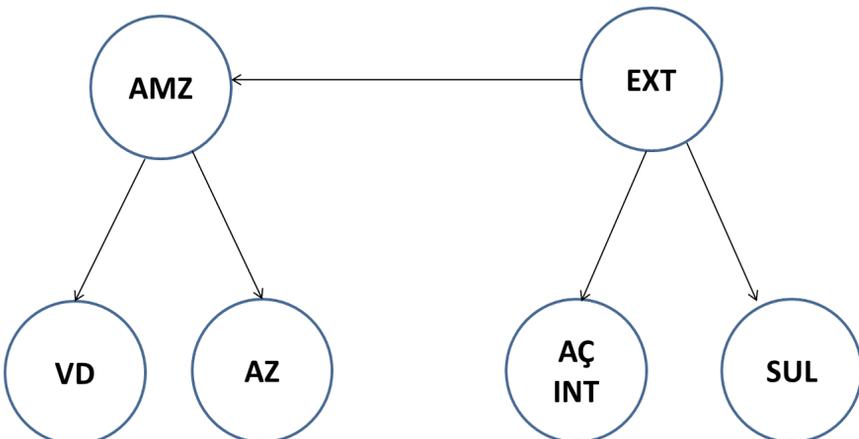
Novos temas — ou novas formas de abordar temas tradicionais — passaram a influir no ambiente internacional deste século. As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa. [...] proteção contra ataques cibernéticos (BRASIL, 2012, p. 28, 69).

A “defesa e proteção do Brasil diante de potenciais ameaças externas continuam a ser, assim, a missão essencial das Forças Armadas do País”. Contudo, “o fenômeno da globalização trouxe consigo o agravamento de ameaças de naturezas distintas, como o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, que põem à prova a capacidade do Estado” de defender-se. (BRASIL, 2012, p. 28-29).

A figura 4, segundo PAIVA (2012), mostra que a região conhecida como Amazônia ocidental possui mais problemas que ameaças. Contudo, a percepção deste autor está na possibilidade de uma ação militar por parte da OTAN, tendo como base a Guiana Francesa, com ações a partir de Roraima ou na foz do Rio Amazonas.

É possível inferir a seguinte relação entre as variáveis, que devem ser verificadas e confirmadas:

*Figura 5: Modelo Conceitual*



Fonte: Elaborado pelo Autor

## REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente trabalho segue uma abordagem explicativa e descritiva, pois busca as possíveis relações entre as ameaças da Amazônia Verde e Azul, descrevendo seus pontos considerados centrais, quais sejam a ingerência nas amazônias, as visões ambientalistas e desenvolvimentista, entre outros. Para a sua consecução, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário estruturado com 27 (vinte e sete) questões, fechadas, com desdobramentos relacionados com as relações em questão. Tais questões contemplaram elementos relativos aos assuntos Amazônia Verde e Amazônia Azul, do tipo Survey<sup>6</sup> com cinco níveis de resposta na escala Likert<sup>7</sup>.

Como parâmetro para os questionamentos apresentados na pesquisa, foram consideradas vinte e sete variáveis relacionadas à Amazônia Verde, Amazônia Azul e influências externas, conforme anexo A. As hipóteses da investigação foram as seguintes:

- H1: existe uma influência externa que impacta tanto a Amazônia Azul como a Amazônia Verde.
- H2: existem peculiaridades próprias da Amazônia Verde e da Amazônia Azul que as distinguem como dois fatores em separado.
- H3: a relevância dos países sul-americanos faz com que eles sejam um fator independente na influência externa sobre a Amazônia.

O Universo da pesquisa foi de 900 militares compostos pelos corpos docente e discente da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), com efetivo de cerca de 490, e da Escola de Guerra Naval (EGN), com efetivo de cerca de 410. A amostra foi selecionada seguindo o método de amostragem probabilística por conglomerados<sup>8</sup>, garantindo uma margem de erro de cerca de 5% e um nível de significância de cerca de 95% (HAIR *et al.*, 2009). Assim, a amostra dessa pesquisa foi de 270 (duzentos e setenta) respondentes, sendo 135 (cento e trinta e cinco) respondentes

---

<sup>6</sup> Survey é um método de pesquisa de levantamento de opinião pública, de mercado e, atualmente, em pesquisas sociais, de forma a descrever ou explicar variáveis de uma população, a partir da análise estatística de uma amostra.

<sup>7</sup> Escala Likert é usada normalmente em questionários que visam buscar a opinião dos respondentes, especificando o seu nível de concordância com uma afirmação.

<sup>8</sup> Amostragem Probabilística por Conglomerados ocorre quando uma população é dividida fisicamente em conglomerados, em grupos característicos. Depois, selecionam-se aleatoriamente os conglomerados ou grupos que farão parte da amostra, ao passo que todos os elementos dos conglomerados selecionados serão amostrados.

válidos da EGN, sendo 108 do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) e 27 do Curso de Política e Estratégia Marítima (CPEM). Os questionários foram aplicados no mês de maio de 2014 por meio de um corte-transversal<sup>9</sup> em cada escola.

O tratamento dos dados seguiu o método quantitativo, usando o software SPSS 16.0 como ferramenta de processamento, de forma a viabilizar uma Análise Fatorial inicial, e o software GESCA<sup>10</sup>, de forma a efetuar a modelagem de equações estruturais<sup>11</sup>, sendo analisados 270 (duzentos e setenta) questionários válidos.

Para Modelagem de Equações Estruturais (MEE), este trabalho seguiu os sete estágios sugeridos por Hair *et al* (2005): Estágio 1 – Desenvolver um modelo teórico; Estágio 2 – Construir um diagrama de caminhos; Estágio 3 – Converter o diagrama de caminhos; Estágio 4 – Escolher o tipo de matriz de entrada de dados; Estágio 5 – Avaliar a identificação do modelo; Estágio 6 – Avaliar as estimativas do modelo e qualidade do ajuste; Estágio 7 – Interpretação e modificação do modelo. (SILVA, 2006).

As limitações do presente estudo estão na seleção da amostra, já que somente militares da ECEME e da EGN foram ouvidos, o que pode prejudicar as generalizações decorrentes. Torna-se interessante a aplicação deste questionário em outros institutos de ensino, a fim de ampliar as referidas generalizações elencadas no presente trabalho. Ainda, ressalta-se que os resultados são baseados nas opiniões dos entrevistados.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 1 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Realizada a coleta de dados por fatores principais, o primeiro passo foi a verificação do Alfa de Cronbach<sup>12</sup>, para determinar se as variáveis levantadas nos construtos “**Influências Externas**” e “**Amazônias**” eram suficientes para explicá-los. Conforme orienta Hair *et. al.* (2005), valores desejáveis são os acima de 0,7, sendo que os abaixo de 0,5, invalidam

<sup>9</sup> Corte transversal significa que a coleta de dados ocorreu em um único momento.

<sup>10</sup> Ferramenta de modelagem de equações estruturais disponível em <http://www.sem-gesca.org/>.

<sup>11</sup> O GESCA foi escolhido pela incerteza do modelo proposto, uma vez que ele não foi testado antes, pois ele utiliza a análise de componentes generalizados (HWANG *et al*, 2010).

<sup>12</sup> O Alfa de Cronbach é um tipo de medida diagnóstica do coeficiente de confiabilidade que avalia a consistência da escala inteira, sendo o mais usado para tal tarefa (HAIR, 2005, pag. 112).

a pesquisa. Os valores encontrados foram 0,849 e 0,690, respectivamente, portanto, o primeiro acima do recomendado e o segundo adequado ao trabalho existente.

A validade da referida escala foi buscada de forma a medir realmente o que se deseja medir, buscando a validação interna por meio da equidade na aplicação do instrumento de pesquisa, pois dos 270 (duzentos e setenta) respondentes, 135 (cento e trinta e cinco) respondentes válidos eram da ECEME e 135 (cento e trinta e cinco) respondentes válidos eram da EGN.

Tabela 1 – Construto Influências Externas<sup>13</sup>

	Factor	
	1	2
ipa	,674	
aca	,653	
pea	,647	
gaa	,609	
tis	,607	
pbs	,593	
tia	,586	
pba	,583	
ers	,557	
pes	,546	
ips	,517	
mpa	,445	
era	,322	
fcs		,794
pfa		,732
psa		,726
ses		,698

Fonte: Elaborado pelo Autor

<sup>13</sup> Foi buscada tabela de correlação das variáveis usando o método varimax, tendo como valor numérico de corte o valor de 0,30.

Da análise da tabela 1, no **construto Influências Externas**, destacando-se dois grupos de fatores, os quais serão chamados, a partir de agora, de **Ações dos Países Sulamericanos** (fator 2) e **Ações Internacionais** (fator 1), com uma capacidade de explicação de 15,638% e 25,736%, respectivamente, da variância total. Para tanto, foram descartadas as variáveis os ataques cibernéticos por organismos internacionais no Atlântico Sul (**acs**) e a atuação de grupos armados de movimentos subversivos no Atlântico Sul (**mss**).

O fator 1, **Ações Internacionais** (AI), engloba todas as variáveis externas: a migração de populações na faixa de fronteira na região amazônica (**mpa**); a ingerência de potências extrarregionais nas questões amazônicas, sob pretextos de uma agenda global (**ipa**); a atuação de grupos armados de movimentos subversivos na região amazônica (**gaa**); a ingerência de potências extra-regionais pelo controle de posições estratégicas como a foz do Rio Amazonas (**pea**); o terrorismo internacional na região amazônica (**tia**); a escassez de recursos internacionais com vistas na Amazônia (**era**); a proteção da biodiversidade por organismos internacionais na região amazônica (**pba**); os ataques cibernéticos por organismos internacionais na região amazônica (**aca**); a ingerência de potências extrarregionais nas questões de nossa plataforma continental, sob pretextos de uma agenda global (**ips**); a ingerência de potências extrarregionais pelo controle de posições estratégicas como algumas ilhas no Atlântico Sul (**pes**); a proteção da biodiversidade por organismos internacionais no Atlântico Sul (**pbs**); a escassez de recursos internacionais com vista no Atlântico Sul (**ers**); e o terrorismo internacional no Atlântico Sul (**tis**).

O fator 2, **Ações dos Países Sulamericanos** (APS), engloba todas as variáveis dos países sulamericanos, a saber: os países sul-americanos poderiam se associar para enfrentar o Brasil sobre o domínio da região amazônica (**psa**); os países sul-americanos poderiam ser associar a potências de fora do continente para enfrentar o Brasil sobre o domínio da região amazônica (**pfa**); os países sul-americanos poderiam se associar a potências de fora do continente para enfrentar o Brasil sobre o domínio da plataforma continental brasileira no Atlântico Sul (**fcs**); e os países sul-americanos poderiam ser associar para enfrentar o Brasil sobre o domínio da plataforma continental brasileira no Atlântico Sul (**ses**). Desta forma, fica confirmado a hipótese H3, pois a relevância dos países sul-americanos faz que eles sejam um fator independente na influência externa sobre a Amazônia.

Tabela 2 –Matriz de Comunalidades do Construto Influências Externas

	Factor	
	1	2
mpa	,349	,273
ipa	,544	,457
gaa	,398	,371
pea	,514	,424
psa	,489	,529
pfa	,633	,590
tia	,561	,404
era	,192	,105
pba	,456	,346
aca	,552	,491
ips	,458	,297
pes	,489	,368
pbs	,498	,403
ers	,372	,333
ses	,500	,515
tis	,610	,457
fcs	,657	,671

Fonte: Elaborado pelo Autor

A Tabela 2 reflete o quanto de cada variável representa ou explica a variância total, destacando-se como as mais representativas as variáveis **fcs** (0,671), **pfa** (0,590) e **psa** (0,529).

Foi estabelecida uma estatística descritiva com a finalidade de verificar os valores máximos e mínimos, a média e o desvio-padrão sobre os fatores relativos ao construto “Influências Externas”, conforme tabela 2, a seguir:

Tabela 3– Descrição Estatística do construto “Influências Externas”

	N	Range	Minimum	Maximum	Mean		Std. Deviation	Variance
	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Statistic	Std. Error	Statistic	Statistic
<i>mpa</i>	270	4	1	5	3,77	,069	1,133	1,283
<i>ipa</i>	270	4	1	5	4,66	,041	,676	,457
<i>ips</i>	270	4	1	5	4,46	,052	,860	,740
<i>gaa</i>	270	4	1	5	4,23	,057	,944	,891
<i>pea</i>	270	4	1	5	4,51	,055	,907	,823
<i>pes</i>	270	4	1	5	4,13	,061	1,000	1,001
<i>tis</i>	270	4	1	5	3,21	,071	1,173	1,377
<i>tia</i>	270	4	1	5	3,31	,076	1,255	1,576
<i>aca</i>	270	4	1	5	3,43	,073	1,207	1,458
<i>era</i>	270	4	1	5	4,49	,048	,784	,615
<i>ers</i>	270	4	1	5	3,96	,069	1,130	1,277
<i>pbs</i>	270	4	1	5	3,76	,065	1,068	1,141
<i>pba</i>	270	4	1	5	4,19	,059	,971	,942
<i>psa</i>	270	4	1	5	2,46	,073	1,200	1,439
<i>pfa</i>	270	4	1	5	2,81	,076	1,257	1,579
<i>ses</i>	270	4	1	5	2,56	,073	1,193	1,423
<i>fcs</i>	270	4	1	5	2,84	,074	1,216	1,478
<i>mss</i>	270	4	1	5	3,52	,074	1,209	1,462
<i>acs</i>	270	4	1	5	3,36	,075	1,235	1,525
<i>Valid N (listwise)</i>								

Fonte: dados da pesquisa

Pela tabela3, destacam-se as variáveis: a ingerência de potências extrarregionais nas questões amazônicas, sob pretextos de uma agenda global(*ipa*), a ingerência de potências extrarregionais nas questões de nossa plataforma continental, sob pretextos de uma agenda global (*ips*), a ingerência de potências extrarregionais pelo controle de posições estratégicas como a foz do Rio Amazonas (*pea*), como os fatores de maior concordância dos respondentes sobre o assunto pesquisado, ameaças à Amazônia Verde e Amazônia Azul.

Assim, também destacam-se como variáveis de menor concordância dos respondentes sobre o assunto pesquisado, os países sul-americanos poderiam se associar para enfrentar o Brasil sobre o domínio da região amazônica (psa); e os países sul-americanos poderiam se associar para enfrentar o Brasil sobre o domínio da plataforma continental brasileira no Atlântico Sul (ses).

Tabela 4 - Construto Amazônias<sup>14</sup>

	Factor	
	1	2
pas	,894	
nas	,743	
tms	,602	
era		,660
pta		,636
msa		,567
qia		,553

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a tabela 4, também foi possível identificar nesta pesquisa dois grupos de variáveis dentro do **construto Amazônias**, a Amazônia Verde (**fator 2**) e Amazônia Azul (**fator 1**). O **fator 1** engloba as variáveis: a pirataria no Atlântico Sul (**pas**); proteção ao tráfego marítimo por organismos internacionais no Atlântico Sul (**tms**); e narcotráfico no Atlântico Sul (**nas**). O **fator 2** engloba as variáveis: a disputas pela posse de terras na região amazônica (**pta**); disputas pela exploração dos recursos minerais na região amazônica (**era**); questão indígena atualmente na região amazônica (**qia**); e ação de movimento sociais/ideológicos na região amazônica (**msa**). Para tanto, foi descartada a variável ilícitos transnacionais na região amazônica (**ita**). Desta forma, fica confirmado a hipótese H2, pois existem peculiaridades próprias da Amazônia Verde e da Amazônia Azul que as distinguem como dois fatores em separado.

A Tabela 5 reflete o quanto de cada variável representa ou explica a variância total, destacando-se, neste construto, como as mais representativas variáveis **pas** (0,813), **nas** (0,558) e **era** (0,449).

<sup>14</sup>Foi buscada tabela de correlação das variáveis usando o método varimax.

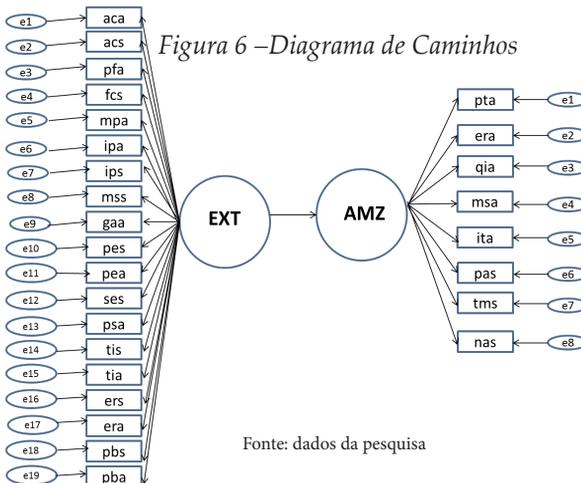
Tabela 5 –Matriz de Comunalidades do Construto Influências Externas

	Factor	
	1	2
pta	,337	,416
era	,345	,449
qia	,265	,309
msa	,286	,345
pas	,538	,813
tms	,346	,397
nas	,465	,558

Fonte: dados da pesquisa

Após o uso do SPSS 16.0, para a análise fatorial exploratória, foi empregado o GESCA para a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), buscando uma análise fatorial confirmatória, usando o seguinte modelo conceitual como base, sendo **AMZ** o construto Amazônia, **EXT** o construto Influências Externas, **VD** o grupo de variáveis Amazônia Verde, **AZ** o grupo de variáveis Amazônia Azul, **Aç INT** o grupo de variáveis Ações Internacionais, **SUL** o grupo de variáveis Ações de Países Sulamericanos, conforme a figura 5.

Assim, buscou-se a representação gráfica de um diagrama de caminhos, conforme se segue:



Fonte: dados da pesquisa

Após a análise dos dados, obtiveram-se os seguintes resultados com o uso do GESCA, conforme a tabela 4:

Tabela 4 – Resultado dados GESCA

Variable	Loading			Weight			SMC		
	Estimate	SE	CR	Estimate	SE	CR	Estimate	SE	CR
AVE = 0.396, Alpha = 0.829									
EXT									
ipa	0.589	0.061	9.63*	0.146	0.018	8.18*	0.347	0.070	4.94*
gaa	0.573	0.068	8.43*	0.176	0.017	10.54*	0.329	0.073	4.51*
pea	0.602	0.064	9.44*	0.124	0.018	6.94*	0.363	0.075	4.86*
psa	0.521	0.061	8.5*	0.120	0.016	7.6*	0.271	0.064	4.24*
pfa	0.652	0.042	15.44*	0.170	0.016	10.72*	0.425	0.054	7.81*
aca	0.717	0.039	18.28*	0.188	0.018	10.58*	0.515	0.055	9.38*
tis	0.724	0.036	20.01*	0.209	0.017	12.43*	0.524	0.052	10.16*
pbs	0.626	0.047	13.36*	0.166	0.016	10.47*	0.392	0.058	6.81*
fcs	0.653	0.045	14.48*	0.130	0.016	8.19*	0.427	0.058	7.31*
ses	0.609	0.046	13.28*	0.148	0.014	10.44*	0.371	0.056	6.58*
AVE = 0.000, Alpha = 0.762									
AMZ									
pta	0	0	0	0.123	0.0798	1.56	0	00	0
era	0	0	0	-0.010	0.0797	0.13	0	03	0
qia	0	0	0	0.087	0.0768	1.14	0	05	0
msa	0	0	0	0.162	0.078	2.08*	0	04	0
ita	0	0	0	0.248	0.091	2.72*	0	04	0
pas	0	0	0	0.273	0.103	2.64*	0	0	0
tms	0	0	0	0.288	0.088	3.29*	0	0	0
nas	0	0	0	0.323	0.103	3.14*	0	0	0

Path Coefficients			
	Estimate	SE	CR
EXT - AMZ	0.717	0.031	23.29*
Correlations of Latent Variables (SE)			
	EXT	AMZ	
EXT	1	0.717 (0.031)*	
AMZ	0.717 (0.031)*		

Fonte: dados da pesquisa

## 2 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, cabe destacar que a estatística inferencial demonstrou que os dois construtos desta pesquisa “Influências Externas” e “Amazônias” foram confirmadas pelos testes de confiabilidade interna, no qual o Alfa de Cronbach foi de 0,873 e 0,714, respectivamente, portanto, acima do recomendado. Assim, é possível afirmar que as variáveis de cada construto são suficientes para explicar cada um deles.

Esta grande preocupação com os países sul-americanos encontra sintonia com a direção dada pela Estratégia Nacional de Defesa, priorizando os países sul-americanos como foco da política externa, gerando uma estratégia da cooperação com os países sul-americanos, principalmente com os países da Pan-amazônia (BRASIL, 2012), sendo percebida pelo fator 2 (ações dos Países Sul-americanos) do construto Influências Externas.

Neste contexto, o LBDN (BRASIL, 2012) estabelece a estratégia da Dissuasão como fator multiplicador da política externa brasileira, sendo corroborada pela junção dos fatores externos ou internacionais em um mesmo grupo de variáveis, como o fator 1 (ações internacionais) do construto Influências Externas.

Realizada a análise fatorial exploratória do construto “Influências Externas”, destacaram-se as seguintes variáveis como de maior destaque: a ingerência de potências extra-regionais nas questões da Amazônia Verde e da Azul, sob pretextos de uma agenda global, além da ingerência de potências extra-regionais pelo controle de posições estratégicas como a foz do Rio Amazonas. Tal fato indica que os respondentes identificam nestes três fatores os aspectos principais no construto Influências Externas.

Ainda no construto “Influências Externas”, destacaram-se as

seguintes variáveis como de menor destaque: os países sul-americanos poderiam se associar para enfrentar o Brasil sobre o domínio da Amazônia Verde e Azul, indicando que os respondentes identificam nestes dois fatores os aspectos de pouca influência no construto Influência Externa, mostrando que apesar da prioridade dada na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2013a), Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2013b) e LBDN (BRASIL, 2012), visando a cooperação entre o Brasil e os países sul-americanos, a preocupação dos respondentes sobre uma possível aliança deles contra o Brasil é baixa.

Assim, ao usar a modelagem de equações estruturais, buscou-se processar os dados com relação ao modelo considerado. A partir desta análise preliminar, pode-se analisar se de fato havia a influência de EXT em AMZ que é a hipótese H1 desta investigação.

Na tabela 4, verifica-se que na relação EXTAMZ há um elevado CR de 23,29, com estimativa de 0,717 e um grau de correlação de 0,717. Estes dados superaram as expectativas iniciais da pesquisa, comprovando os estudos de Paiva (2012), Vidigal (2006) e a pertinência do modelo elaborado pelo autor, confirmando a hipótese H1, pois existe uma influência externa que impacta tanto a Amazônia Azul como a Amazônia Verde, já que diversas variáveis externas, tais como terrorismo, guerra cibernética, proteção da biodiversidade, entre outros, exercem influência tanto na Amazônia Verde como na Amazônia Azul.

O processamento dos dados, no GESCA, permite ir além da confirmação estatística da hipótese, sendo possível determinar a relevância das variáveis em cada construto, além da influência destas no outro construto. Para isso, é preciso observar os CR<sup>15</sup> obtidos e os pesos da regressão constante em cada relação considerada, conforme tabela 4.

Assim, no construto Influências Externas, todas as variáveis que o compõem mostraram-se relevantes, muito acima das expectativas destes autores, destacando-se os maiores CR: o terrorismo internacional no Atlântico Sul (**tis**) (12.43), os ataques cibernéticos por organismos internacionais na região amazônica (**aca**) (10.58) e a atuação de grupos armados de movimentos subversivos na região amazônica (**gaa**) (10.54).

Os menores CR foram a ingerência de potências extrarregionais pelo controle de posições estratégicas como a foz do Rio Amazonas (**pea**) (6.94); os países sul-americanos poderiam se associar para

---

<sup>15</sup> CR significa Critical Ratio serve para verificar se o parâmetro é relevante no modelo, devendo ser maior que 1,96.

enfrentar o Brasil sobre o domínio da região amazônica (**psa**) (7.6); ingerência de potências extrarregionais nas questões amazônicas, sob pretextos de uma agenda global (**ipa**) (8.18).

Desta forma, esta pesquisa demonstra que as variáveis externas são extremamente relevantes ao estudo, confirmando as ideias de Nascimento (2005) sobre a ingerência externa na região amazônica (verde) agravada pela questão ambiental e as ideias de Vidigal (2006), de forma a deixar a nação brasileira em alerta sobre diversas discussões que ocorrem na ONU como o direito de proteger (R2P) e atentos também ao modo de descrever a Amazônia como o relatório boniface (BONIFACE, 2001).

No construto Amazônia, os maiores CR foram a proteção ao tráfego marítimo por organismos internacionais no Atlântico Sul (**tms**) (3.29) e o narcotráfico no Atlântico Sul (**nas**) (3.14). Os menores CR, mas muito abaixo da média, foram as disputas pela exploração dos recursos minerais na região amazônica (**era**) (0.13) e a questão indígena atualmente na região amazônica (**qia**) (1.14), reforçando as ideias de Vidigal (*et al* 2006) sobre a Amazônia Azul.

Assim, no construto amazônias, apesar de 8 variáveis, conforme a análise fatorial exploratória na figura 6, a MEE mostrou que as variáveis disputas pela posse de terras na região amazônica (**pta**), as disputas pela exploração dos recursos minerais na região amazônica (**era**) e a questão indígena atualmente na região amazônica (**qia**) não são relevantes para o construto analisado, reforçando as ideias de Paiva (2012) de que as principais ameaças à Amazônia verde não são internas, mas externas.

Desta forma, o modelo proposto pode ser traduzido em equações estruturais, observando-se as setas unidirecionais, estando todas as variáveis presentes, sendo expressas pelas seguintes fórmulas:

**AMZ = 0,717.EXT + e1**, ou seja, as ameaças sobre as amazônias (Verde e Azul) tem 71,7% de causas as Influências Externas (EXT) acrescidas de uma parte não explicada neste trabalho.

#### **Para o construto Influências Externas:**

$$P_i = \lambda_i \text{EXT} + e_i$$

Onde:  $P_i$  é a equação referente a variável  $i$ ;  $\lambda_i$  é o peso de cada variável;  $e_i$  é o erro aderente a variável analisada; para  $i = 1$  a 19.

Assim, por exemplo, teremos  $t_{is} = 0,209 \text{ EXT} + e_{14}$ .

**- Para o construto Amazônias:**

$$P_i = \lambda_i AMZ + e_i$$

Onde:  $P_i$  é a equação referente a variável  $i$ ;  $\lambda_i$  é o peso de cada variável;  $e_i$  é o erro aderente a variável analisada; para  $i = 1$  a  $8$ .

Assim, por exemplo, teremos nas =  $0,323 AMZ + e_8$

Desta forma, é possível afirmar que o construto “Amazônias” destaca o grupo de variáveis Amazônia Verde (fator 2) e Amazônia Azul (fator 1), pela análise fatorial exploratória e, apesar da similaridade de nomes, apresentam-se como dois grupos distintos. Contudo, pela análise fatorial confirmatória (MEE), é possível afirmar que as duas amazônias (Verde e Azul) compõem um mesmo quadro, um mesmo conjunto, e pertencem a um mesmo construto.

**CONCLUSÃO**

Destacam-se neste trabalho duas grandes contribuições, a primeira é que, apesar das características próprias da Amazônia Verde e da Amazônia Azul, elas podem ser englobadas em um universo maior e tratadas em conjunto, como demonstrou a análise fatorial exploratória pelo SPSS 16.0 e pela análise fatorial confirmatória pela modelagem de equações estruturais no GESCA. A segunda contribuição é a confirmação de que as influências externas exercem grande influência sobre as amazônias, correspondendo a cerca de 71,7% do total, sendo muito superiores as questões internas de cada área.

Portanto, as ideias de Paiva (2012) e Vidigal (*et al* 2006) apresentam boa aderência ao modelo proposto, reforçando a necessidade de acompanhar as influências externas sobre as amazônias, evitando a interferência indesejada, disfarçada sob as mais diversas formas.

Além disso, como é possível pensar nas duas amazônias de forma conjunta, também é possível tratá-las de forma conjunta, propondo soluções conjuntas, apesar das particularidades de cada uma, aproveitando o que deu certo em uma delas para o emprego na outra.

Por fim, este trabalho advoga a possibilidade de relação entre a Amazônia Verde e a Amazônia Azul, sendo possível tratá-las conjuntamente, facilitando a adoção de estratégias no âmbito do Ministério da Defesa e demais órgãos do Governo Federal.

# THREATS TO THE GREEN AMAZON AND TO THE BLUE AMAZON: A POSSIBLE RELATION?

## ABSTRACT

This article seeks to establish a relationship between the threats to the Amazon Blue and Amazon Green. The objective is to analyze the main characteristics of the two Amazons, environmental and developmental views on each one. Moreover, the interference will be discussed, particularly on the Amazon Green and threats to each of the areas analyzed. A bibliographical and field research was conducted. In literature, we analyzed the basic works on the topic and some related matters. The field research was conducted through a survey questionnaire, with five levels on a Likert scale, within a quantitative methodology to verify the perception of the military. The sample was selected on the basis of military students of the School of Command and General Staff of the Army (ECEME) and the Naval War College (EGN), involving 135 (hundred and thirty-five) respondents from each school, a total of 270 (two hundred and seventy) valid questionnaires. Data analysis is performed using the Confirmatory Factor Analysis based on Structural Equation Modeling (SEM) to establish a relationship between the threats of to the two Amazons. Given the statistical representativeness, the quantitative results reinforced the theoretical conclusions raised by this study, That can be considered and validated.

**Keywords:** Green Amazon. Blue Amazon. Structural Equation Modeling. Threats.

## REFERÊNCIAS

ALSINA JR, J. P. S. O poder militar com instrumento da política externa brasileira contemporânea. *Revista Brasileira de Política internacional*, v.52, n.2, p. 173-191, 2009.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: conceitos fundamentais Amazônia Azul. In: BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo F. (Org.). *Amazônia Azul política, estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: SagServ, FEMAR, 2012.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n. 53, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005)>. Acesso em: 20mar. 2016.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: a guerra na floresta*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1992.

BENTO, C. M. *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção*. Porto Alegre: Gênese, 2003.

BERTONHA, João Fábio. Brasil: uma potência militar emergente? o problema do uso da força nas relações internacionais brasileiras no século 21. Minas Gerais: UEM, 2010.

BONIFACE, P. *Les guerres de demain*. Paris: ÉditionsduSeuil, 2001.

BRAGA, Cláudio da C. *A Guerra da Lagosta*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. EB20-MF-10.102: Fundamentos, a doutrina militar terrestre. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. 2. ed. Brasília, DF, 2013a.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. 2. ed. Brasília, DF, 2013b.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 2012.

BUZAN et al. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne-Riennerpublishers, 1998.

CÔRTEZ, Marcos H. C. As violações invisíveis das fronteiras. *Revista Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, José A. F.; SOLA, Fernanda. Amazônia Verde e Azul: desenvolvimento e ambiente. In JUNIOR, Ilques B.; MORE, Rodrigo F. (Org.). *Amazônia Azul política, estratégia e direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: SagServ, FEMAR, 2012.

CUNHA, Manuela C. da. O Futuro da questão indígena. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.8, n.20, jan./abr. 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141994000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100016)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

FERREIRA, Leandro V.; VENTICINQUE, Eduardo; ALMEIDA, Samuel. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100010)>. Acesso em: 12 fev. 2015.

SOARES-FILHO, Britaldo Silveira et al. Cenários de desmatamento para a Amazônia. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200008)>. Acesso em: 25 março 2015.

GONÇALVES, Alcindo; GRANZIERA, Maria L. M. Amazônia Azul e governança. In: BARBOSA JUNIOR, Ilques; MORE, Rodrigo F. (Org.). *Amazônia Azul política, estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: SagServ, FEMAR, 2012.

HAIR, J. F. ET AL. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HANAN, S.; BATALHA, B. H. L. *Amazônia: contradições no paraíso ecológico*. São Paulo: Cultura, 1995.

HANNIGAN, John. *Sociologia Ambiental*. São Paulo: Vozes, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

HWANG, H. et al. A comparative study on parameter recovery of three approaches to structural equation modeling. *Journal of Marketing Research*, v. 47, n.4, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MATTOS, Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980.

NASCIMENTO, D. M. Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. 355 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Assembleia Geral*: documento final da Cimeira Mundial 2005. Nova Iorque, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Assembleia Geral*: implementing the responsibility to protect: Report of the Secretary-General. Nova Iorque, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNCSO. O Futuro que queremos. Documento oficial da Conferência RIO+20. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.uncso2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Perspectivas de conflitos na Amazônia e reflexos para a Defesa Nacional. In: BARROS, O. S. do R.; GOMES, U. de M. (Org.). *Seminário de Segurança da Amazônia*. Brasília, DF.: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. O presente e o futuro da dissuasão brasileira. In: MORAES, R. F.; FILHO, E. B. S. (Org.). *Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012a.

PALM, Paulo Roberto. *A abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília, DF.: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SILVA, J. S. F. *Modelagem de Equações Estruturais*: apresentação de uma metodologia. Dissertação (Mestrado Engenharia de produção)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Francisco C. T. da. A Amazônia e as novas ameaças mundiais. In: NASCIMENTO, Durbens M. (Org.). *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*. Pará: NAEA, UFPA, 2008.

SILVEIRA, Rui Monarca da. Segurança e defesa: a visão do exército brasileiro. In: PINTO, J. R. de A.; ROCHA, A. J. R. da; SILVA, R. D. P. da (Org.). *Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília. DF.: Ministério da Defesa, 2004.

THÉRY, Hervé. *Amazônia*: cenas e cenários. Brasília: UnB, 2004.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. *Amazônia Azul*: o mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record, 2006

Recebido em: 10/02/2017

Aceito em: 15/05/2017